

Condição de moradia: sensibilidades de fronteira numa ocupação em São Paulo

Frederico Jorge Tavares de Oliveira

Doutorando e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM) da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), com período sanduíche na Universidade Sorbonne Paris Cité. Integra o Grupo de Pesquisa Juvenália do PPGCOM-ESPM.
E-mail: fredericojtavares@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, examinamos as condições históricas e situacionais de um projeto de moradia, isto é, uma ocupação, cujas especificidades serão observadas a partir de dados secundários e contextuais, sobretudo a partir da maneira como interagíamos com os ocupantes, observando a maneira como eles se manifestavam e/ou explicavam sua ação, suas motivações e sentimentos, assim como a maneira que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo procurou evitar a reintegração de posse. Sob forte inspiração de estudos de comunicação e consumo, especialmente de Néstor García Canclini, acreditamos retomar, assim, uma característica histórica fundamental dos estudos culturais: fazer teoria sociocultural com suportes empíricos a fim de compreender criticamente o devir capitalista.

Palavras-chave: Comunicação e consumo; Estudos culturais; Condição de moradia; Ocupação.

Title: Housing condition: border sensitivities in an occupation in São Paulo

Abstract: In this article, we examine the historical and situational conditions of a housing project, in other words, an occupation, whose specificities will be observed from secondary and contextual data, but especially from the way that we were interacting with the occupants, analyzing how they express themselves and/or explained their action, motivations and feelings, in addition to how the Public Defender of the State of São Paulo tried to avoid a land repossession. Under strong inspiration from the studies of communication and consumption, especially from Néstor García Canclini, we believe that this research can resume a key historical feature of cultural studies: to make sociocultural theory with empirical supports in order to critically understand the future transformations of capitalism.

Keywords: Communication and consumption; Cultural studies; Housing condition; Occupation.

Condições do novo capitalismo

Nas palavras de Richard Sennett (2006: 150), o atual estágio do capitalismo, esta sua nova ordem institucional, exime-se de responsabilidade, “tentando apresentar sua própria indiferença como liberdade para os indivíduos ou grupos da periferia”. Trata-se de um novo capitalismo resultante da passagem do capitalismo social, então demarcado por um projeto comum e progressista, a uma ordem de irresponsabilidade generalizada e travestida com promessas de cosmopolitismo global. Segundo o sociólogo e historiador, “o vício da política derivado do novo capitalismo é a indiferença”. E será essa indiferença, em suas múltiplas formas de discriminação, exclusão e dominação, o motivo a ser enfrentado pelos supostos grupos de periferia, ao assumirem certa centralidade e controle do cosmopolita.

Os fenômenos de apropriação autônoma e ativa e de resistência podem ser assim compreendidos como um tipo de “cosmopolitismo periférico” (PRYTHON, 2002), ou como sinalizadores de dinâmicas “pós-periféricas” (ROCHA et al., 2014). Ao olharmos com mais atenção para as subjetividades ou sensibilidades que, na fronteira com essa nova estrutura hegemônica de indiferenciação, lutam por melhores condições de existência e exercício de sua cidadania, retomamos uma característica histórica essencial dos estudos culturais, que é “fazer teoria sociocultural com suportes empíricos a fim de compreender criticamente o devir capitalista”:

Não a afirmação de posições politicamente corretas, mas sim a relação tensa entre um imaginário utópico, só em parte político, e uma investigação intelectual e empírica que às vezes o acompanha e às vezes o contradiz. [...] convém pôr o foco na tensão entre o que o imaginário utópico e a investigação intelectual poderiam ser agora: por exemplo, a tensão que se dá entre as promessas do cosmopolitismo global e a perda de projetos nacionais. O que tem de novo este conflito? A que disciplinas, ou a que conjunto de saberes não especificamente culturais, é necessário vincular o estudo da cultura? (CANCLINI, 2009: 157-158)

A Comunicação tem avançado – e particularmente os estudos que versam sobre a interface comunicação e práticas de consumo; políticas de visibilidade e subjetivação em mobilizações; movimentos e coletivos – assim como os estudos culturais avançaram, “graças à sua irreverência com os fracionamentos exclusivos da propriedade intelectual, embora isso não tenha de ser sinônimo de descuido científico” (CANCLINI, 2009: 153). Também não se trata de descuido político, uma vez que, muito pelo contrário, esses estudos têm considerado o “político” em um sentido ampliado e em suas expressões cotidianas e articuladas a um “cosmopolitismo pós-moderno” (PRYTHON, 2002), ao desenvolvimento tecnológico e às novas formas de comunicação e consumo. Destaca-se a partir disso, com frequência, que o exercício da cidadania é a outra face do consumo, uma vez que o sujeito, por meio de práticas de comunicação e consumo, produz sentido ou consciência de que é sujeito de direitos; de que devem ser dadas a ele as condições de acesso ao próprio conhecimento de seus direitos, bem como as garantias de que seu exercício seja pleno, isto é, de que sejam “adjudicadas ao sujeito a garantia de que ele exerce ou exercerá seus direitos sempre que lhe convier” (BACCEGA, 2010: 32).

Dentro dos estudos de comunicação e consumo, podemos encontrar linhas de investigação que problematizam a tensa relação entre as promessas do cosmopolitismo global e a perda de projetos nacionais. Assim, encontraremos uma profusão de pesquisas que mostram como processos de comunicação e consumo, articulados às fraturas do tecido social, atualizam de modo exemplar, o que não significa dizer que simplesmente reforçam, “a histórica aventura de normatização simbólica assumida por setores burgueses” (ROCHA et al., 2014: 4).

Canclini (2009: 153-154) explica que os melhores especialistas em estudos culturais – Raymond Williams, Jean Franco e Beatriz Sarlo, com seus estudos sobre literatura e história intelectual, David Morley e Jesús Martín-Barbero, com suas teses de que meios de comunicação só se decifram como parte das práticas culturais – levaram a sério um campo do saber, “sentindo em algum momento um mal-estar parecido ao que hoje experimentamos diante dos bairros cercados”. De modo que, da presença desses estudos no campo da comunicação, os contextos socioculturais articulados ao consumo, as situações que ligam o sujeito consumidor a uma rede mundial de informações (PRYSTHON, 2002), passaram a ser compreendidos como os principais vetores de configuração da cultura, mas também relacionados a compromissos ocultos com a economia e a reprodução de uma política transnacional da indiferença.

Parece forçoso assumir que a compressão do espaço em nome da redução do tempo de giro (HARVEY, 2013) – entenda-se tempo de giro da máquina financeira, mediática etc. – pressupõe sérias fraturas nessa mesma tópica sociocultural da comunicação e do consumo. Desse modo, a compressão do espaço-tempo revela fraturas no próprio funcionamento da vida de determinados núcleos sociais, urbanos e, sobretudo, periféricos.

Com especial atenção nas fraturas do contexto paulistano, faremos da visão terrificante das condições sociais de moradia a nossa principal interrogação “macro”, a fim de multiplicar no “micro” os pontos de vista de subjetividades em processos de resistência (ou “reexistência”) e luta por melhores e mais justas condições de vida na cidade.

Antes de apresentarmos um caso representativo da condição de moradia em São Paulo, bem como os dispositivos metodológicos que dirigem essa investida crítica sobre um projeto de ocupação, cabe localizar essa condição num contexto histórico de compressão espaço-temporal. Nesse contexto, o novo capitalismo passou a ser gerido por redes de informação, não sem antes deixar marcas ou fraturas no solo propriamente concreto e humano.

Do ponto de vista da antropologia do imaginário, que compreende nossa faculdade de simbolização de que jorram continuamente medos e esperanças, isto é, frutos culturais (DURAND, 2012), podemos considerar que o que também está em jogo na condição de moradia paulistana é um regime de sensibilidades de fronteira simbólica. O cientista da religião Mircea Eliade (1988) ensina que a cidade e a casa se tornam “reais” pelo fato de serem identificadas com o “centro do mundo”; o que nos sugere uma reflexão acerca da gravidade da condição de moradia enquanto condição de realização (ou reatualização) de um ato cosmogônico por excelência e cosmopolita por extensão: a criação do mundo.

Condição de moradia: a compressão do espaço-tempo

De maneira resumida, pode-se dizer que a intensificação da compressão do espaço-tempo no capitalismo ocidental se deu a partir dos anos 1960, atingindo São Paulo em sua terceira etapa de mundialização com atividades que passaram a utilizar a informação como base principal de seu domínio. Segundo Milton Santos (2012), a primeira etapa dessa mundialização teria sido aquela a partir da qual a cidade passou do século XIX para o XX tomando por base o comércio. A segunda etapa seria aquela fundada na produção industrial, que se estendeu até os anos 1960, enquanto a fase atual seria de metrópole global, tecnologia, cosmopolitismo, consumo de comunicação e comunicação do consumo. Todavia, algumas fronteiras ou fraturas econômicas, geopolíticas e imaginárias, mantêm-se sob um esquema simbólico baseado em competição, castração e devoração, num sentido espaço-temporal que exclui do “centro”, da “casa” ou da “cidade” os chamados “consumidores falhos” (BAUMAN, 2008). Dessa forma, exibem os fluxos de comunicação e consumo “pós-periféricos” (ROCHA et al., 2014), um tipo de “cosmopolitismo periférico” (PRYSTHON, 2002).

Com a tomada dos serviços públicos pelo privado, a grande precariedade dos serviços e bens públicos ofertados acarretam enormes dificuldades à população, principalmente às camadas mais pobres. Isso ocorre de modo que, ao concentrarmos nosso olhar nos aspectos dessa fratura econômica, geopolítica e simbólica da cidade de São Paulo, com destaque à questão da condição de moradia, inevitavelmente nos damos conta de que o atual *boom* imobiliário que vive a cidade, com efeito de aumento de preço da moradia, como aluguéis, tem como consequência a “expulsão da população pobre para áreas mais distantes, fora do município, além do aumento significativo das pessoas que estão morando nas ruas sem qualquer alternativa de moradia” (MARICATO et al., 2014).

Em manifesto de urbanistas e professores em apoio à luta pela votação do novo Plano Diretor da cidade, registra-se que no município de São Paulo “aproximadamente ¼ da população mora ilegalmente em loteamentos clandestinos e favelas. Em alguns municípios periféricos da região metropolitana essa proporção chega a 70% de excluídos” (MARICATO et al., 2014).

Esse dado, que se pode compreender sob o espectro da chamada “especulação imobiliária” e informacional do espaço urbano, atua como forma significativa de orientação capitalista sobre o atual regime de urbanização, aliando-se ao fato de que “a prestação dos serviços públicos por empresas privadas traz uma contradição insolúvel, já que sua finalidade última é o lucro, o que o torna incompatível com a garantia de direitos” (SIMPSON; MENEZES, 2015). Por essas intimações de ordem “macro”, contexto da precária condição de moradia em São Paulo, é que aproximadamente trinta famílias ocuparam certa área da cidade em outubro de 2014. Uma ocupação por moradia que se articulou enquanto fenômeno cultural, político e comunicacional, representativo de táticas de luta e resistência na cidade.

Neste artigo, vamos tratar de sensibilidades de fronteira com o novo capitalismo, ou seja, de pessoas e processos de reconhecimento e luta pelo exercício de direitos historicamente conquistados – um deles consagrado internacionalmente como direito fundamental, o direito à moradia, previsto na Constituição Federal de 1988, sob o princípio da dignidade da pessoa humana e da função social da propriedade.

Propomos, assim, um olhar sobre a condição de moradia numa metrópole brasileira como São Paulo, encarando o que nessa explosiva expansão tecnológica e econômica, de repertórios culturais, ofertas e apropriações de consumo, significa a crepitação das cidades e dos mercados; ou como diria Bauman (2003; 2008), a “sedimentação dos resíduos” e a formação de “subclasses”; daí as “táticas” e os “usos cotidianos” para Michel de Certeau (2009), os fluxos “pós-periféricos” de enfrentamento de uma estratégica indiferença do capitalismo, em sociedades complexas e desiguais.

Diante do desafio empírico de lidar com o fato de que famílias não têm onde morar, que existe um mundo de habitações irregulares e/ou precárias como favelas ou cortiços, nós optamos por um caminho metodológico de fundamentação etnográfica que se faz dentro dessas crepitações urbanas; é quando efetivamente nos dirigimos às “lascas” e “fragmentos” que normalmente são retomados por movimentos sociais e culturais (CANCLINI, 2009).

Assim, vimo-nos participar de espaços de luta e negociação de sentido para manter e fortalecer a ocupação, até quando possível, transformando-nos em coautores de algumas dessas “lascas e fragmentos” de sentido sociocultural. E é aqui que percebemos novamente com Canclini (2009: 160) que “os estudos culturais podem ser agora tentativas de encontrar o sentido das inscrições deixadas por estes fragmentos sobreviventes”; e que a disposição etnográfica deve ser fortemente orientada por motivações subjetivas, ou formas de participação política.

Já com Gilberto Velho (1997) e sua proposta de uma “etnografia das motivações”, entendemos que essa nossa empreitada se realiza como uma espécie de etnografia de um projeto de moradia capaz de revelar motivações diretamente ligadas às fraturas e contradições do meio urbano, social, econômico, político e imaginário em que são produzidas. Essas motivações se caracterizariam pelas próprias ações de sujeitos buscando exercer suas escolhas diante das fronteiras materiais e simbólicas por eles reconhecidas e enfrentadas.

Sob forte inspiração dessas linhas de investigação, examinaremos as condições históricas e situacionais de um projeto de moradia, cujas especificidades serão observadas a partir de dados secundários e contextuais, mas sobretudo a partir da maneira como interagíamos com os ocupantes, observando como eles se manifestavam e/ou explicavam sua ação, suas motivações e seus sentimentos, assim como a maneira que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo procurou evitar a reintegração de posse, ajuizada por espólio de “iniciais” e, contraditoriamente, por espólio de uma “Associação de Luta por Moradia” (ALM)¹.

¹ Os nomes de “autores” e “réus” neste artigo são fictícios, bem como os de outras instituições, lugares e sujeitos remetidos com aspas.

A seguir, apontaremos algumas disposições metodológicas e contribuições da antropologia contemporânea, que serão incorporadas em nossa apresentação e interpretação do caso examinado.

Operações metodológicas e contribuições da antropologia

Em texto sobre “a globalização da antropologia depois do pós-modernismo”, Canclini (2009) nos esclarece quanto ao surgimento, no âmbito dos livros de antropologia, de um gênero literário-científico que viria a ser rotulado como “realismo etnográfico”. Autores como Georges E. Marcus e Dick Cushman logo sustentaram que esse suposto realismo era uma ficção, uma vez que seus autores dispunham os dados para apenas conferir aparência de objetividade a um sentido social que, no final das contas, “já estaria formado e só seria visível para esse sujeito excepcional, de uma cultura diferente – o antropólogo –, treinado para perceber o sentido global e profundo que se ocultaria aos autores” (CANCLINI, 2009: 133).

A antropologia assistiu, assim, contemporaneamente, ao desenvolvimento e ao esgotamento de uma vocação persuasiva e exaustiva dos relatos de campo, já que sua produção literária resultava em simulacros ensimesmados numa descrição pretensamente neutra.

Diante desse quadro recente da pesquisa antropológica e etnográfica, autores como Canclini buscam recuperar a correspondência do trabalho do pesquisador com o fenômeno investigado. Ele propõe incluir nas fases de observação, descrição e interpretação do fenômeno o caráter fragmentado e incoerente que a experiência de campo costuma ter. E, em vez de cancelar o próprio processo de diálogo e negociação com os informantes, num tipo de “monólogo despersonalizado de quem descrevia estruturas sociais” (CANCLINI, 2009: 133), sugere que o pesquisador, o comunicólogo, agora antropólogo, esforce-se para revelar como compreende a situação com o outro.

Nesse sentido, Canclini (2009) propõe pelo menos três operações metodológicas que seguiremos neste trabalho, em duas partes complementares, sendo que a terceira operação listada dirigirá a maneira como se apresentam as duas partes/operações que se seguirão. Assim, vamos procurar:

incluir na exposição das investigações a problematização das interações culturais [...] com o grupo estudado; b) suspender a pretensão de abarcar a totalidade da sociedade examinada e prestar especial atenção às fraturas, às contradições, aos aspectos inexplicados, às múltiplas perspectivas sobre os fatos; c) recriar esta multiplicidade no texto, oferecendo a pluralidade de vozes

das manifestações encontradas, transcrevendo diálogos ou reproduzindo o caráter dialógico da construção de interpretações. Em vez do autor monológico, autoritário, busca-se a polifonia, a autoria dispersa (CANCLINI, 2009: 133).

A problematização das interações culturais com o grupo estudado

Outubro de 2014. Nós fomos procurados por uma das ocupantes. Uma de nossas colegas de pesquisa, assistente social e pesquisadora em Serviço Social, mantinha relações amistosas com “Joana”, usuária de um serviço socioassistencial, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de cidade Ademar, zona de sul de São Paulo, onde uma e outra, assistente e assistida, conheceram-se. Ao telefone (pessoal), “Joana” dizia que, junto com umas trinta famílias, havia ocupado um terreno no bairro “Jardim...”, zona sul da cidade, e que, na condição de uma das líderes do grupo, diante das pressões sofridas por forte vigilância no local, sentia-se preocupada e “sem saber o que fazer”. A fim de nos fortalecermos e nos esclarecermos do caso junto com o grupo, logo fizemos a aproximação com um representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com quem realizamos algumas visitas no lugar ocupado (momento em que nos demos conta de que nos dirigíamos às tais “lascas” e “fragmentos” que são retomados por movimentos sociais e culturais).

Novembro de 2014. Fomos recebidos com expectativa pelos ocupantes, um tipo de acolhida que, embora vinda de “sujeitos de ação e de discurso capacitados a atuar em uma região de bordas” (ROCHA et al., 2014: 1), demandava um tipo de proteção social que não éramos capazes de oferecer. Além das ameaças por seguranças armados e contratados para uma vigilância permanente, o constrangimento era tanto que a passagem que ligava o terreno ocupado à rua tinha sido bloqueada, de modo que o acesso que restou aos ocupantes era ainda mais improvisado e de difícil circulação e transporte de materiais e mobiliário. Segundo “Joana”:

[...] O segurança, dentro da viatura, coagindo os menino lá no muro. Chegou pros menino e falou – o “seu João”, muito conhecido aqui, né –, chegou pro seu João e perguntou pra eles, né, por que eles estavam entrando com material ainda, se a gente já tinha recebido o comunicado pra gente desocupar. Aí o seu João falou: “não, a gente sabe que essa área é da prefeitura; a gente vai lutar”. Aí ele falou: “Pois, então, vocês estão com o papel na mão, a gente tem todo o direito de entrar aí agora, e o primeiro que a gente vai pegar é o senhor. Eu vou acabar com o senhor na borrachada”. Aí ele pegou e mandou eles descerem de volta, não deixaram eles entrar com as telha, que era pra esse barraco aqui, e o outro lá do fundo [...] Aí tem umas telha ali no fundo, que esse segurança chutou. As telha que tava na parede tá todas quebrada. Todas (Entrevista com Joana).



Figura 1: Passagem bloqueada, acesso alternativo e área ocupada

Em mais uma visita, já em dezembro do mesmo ano, “Joana” relata outras situações de violência. E suscita como a mediação tecnológica da comunicação atua como importante instrumento de luta e resistência:

Na quinta ou na sexta, a minha mãe foi lá pra dentro pra ver como é que eu tava. Aí na hora que minha mãe foi sair, eles não deixaram minha mãe sair, né. Não queria deixar minha mãe sair, não queria deixar minha mãe sair [...] Por que eles não deixavam? Porque tinha um rapaz do lado de fora, que queria entrar, aí eles disseram que não podia, aí ele começou a filmar. E a gravar. E eles pegaram o rapaz, mas bateram, mas bateram de arrancar sangue (Entrevista com Joana).

A “Associação de Moradores”, vizinha da ocupação, ajudava os ocupantes com acesso ao consumo de água e uso do banheiro. Mas as famílias costumavam usar casas de parentes e amigos, que também pressionados pelos altos preços dos aluguéis na região não sabiam se se mudavam ou não para a ocupação. Já os ocupantes, certos de que diante das opções colocadas pelo representante do MTST – entre permanecer no local e lutar por ele, ou lutar por moradia em qualquer outro lugar – iriam permanecer e lutar pela área, acionaram a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (com o mandato de reintegração de posse em mãos).



Figura 2: Momento em que ocupantes decidem lutar pela área

Fraturas, contradições e aspectos inexplicados

Ao tratar “da legitimidade ativa e do interesse de agir: área ocupada pelos réus e direitos da ‘ALM’”, o defensor público destaca o cerne da questão:

[...] a área ocupada pelos réus não está compreendida pela propriedade dos autores. A ocupação não ocorreu de solapo: os ocupantes procuraram, antes de tomar tal medida, diversas outras opções para exercer o seu direito fundamental à moradia. O abandono da política habitacional pelo Estado, todavia, não lhes deixou opção senão promover a ocupação. Decididos a respeito da ocupação, então o movimento procurou área para ocupar que estivesse abandonada e não fosse de propriedade privada. Em diligências, obtiveram a informação de que parte da área situada na Rua “Sem nome” s/n, não teria proprietário registral. Por isso, decidiram que esse seria o local da ocupação, na expectativa de que, caso interpelados pelo Estado para desocupá-la no futuro, pudessem negociar a obtenção de alternativa habitacional factível. (OLIVEIRA, 2015, p. 11)

Assim, temos uma argumentação que não escapa em nada dos problemas-chave dos estudos culturais: o sujeito e sua ação num determinado marco histórico; o reconhecimento de processos de diferenciação, exclusão e dominação; e a centralidade da comunicação – enquanto espaço de negociação e conflito – na configuração desses processos e na “resolução” de suas contradições (ESCOSTESGUY, 2014).

Essas contradições, que facilmente podem ser localizadas em uma situação como essa, remontam a contradições históricas presentes na maneira como os próprios programas habitacionais, que deveriam resolvê-las, acabam por intensificá-las. Pesquisadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) apontam que nos últimos anos:

temos visto a opção por investimentos que visam ao crescimento econômico e ao mesmo tempo acabam por gerar mais exclusão. Exemplos dessas contradições aparecem no próprio Minha Casa Minha Vida, programa habitacional regressivo que deixa predominantemente nas mãos das grandes empreiteiras a construção de milhões de unidades habitacionais e coloca por terra preceitos básicos, como a localização adequada em áreas com infraestrutura, saneamento ambiental, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais, inviabilizando ainda mais o acesso a oportunidades de desenvolvimento social e econômico para moradores que já eram pobres, repetindo erros do passado de forma ainda mais perversa (SIMPSON; MENEZES, 2015).

Em nota pública da Rede Cidade e Moradia (ROLNIK, 2014), destaca-se que:

O Programa se apresenta, enfim, como solução única e pouco integrada aos desafios das cidades brasileiras para enfrentamento de complexo “problema habitacional”, baseado numa produção padronizada e em larga escala, desarticulada das realidades locais, mal inserida e isolada da cidade, a partir de um modelo de propriedade privada condominial (ROLNIK, 2014).

Dessas considerações, interessa-nos destacar que há um contexto econômico, político e cultural que fundamenta a tensão que se dá entre as promessas do novo capitalismo, ou do cosmopolitismo global a ele associado, e a perda de projetos nacionais. É possível verificar seus desdobramentos e perversidades à luz da argumentação da Defensoria Pública. Na parte que trata “da concessão da liminar *inaudita altera parte* em prejuízo ao contraditório e ao direito fundamental à moradia dos ocupantes: interpretação conforme a constituição do artigo 928 do código de processo civil”, a Defensoria avalia a oportunidade da concessão da liminar para a desocupação do terreno sem a oitiva da parte contrária:

O juízo concedeu, *inaudita altera parte*, a liminar pleiteada para determinar a imediata desocupação do terreno objeto do litígio pelos réus. Assim o fez com fundamento no artigo 928 do Código de Processo Civil. [...] Não se pode olvidar, todavia, que o Código do Processo Civil foi promulgado em 1973. Vigia, à época, a Constituição de 1967, reformada pela Emenda Constitucional nº 01, outorgada em 1969. À época, a proteção a direitos fundamentais não era prioridade no ordenamento jurídico brasileiro. [...] É dizer: em casos em que uma pessoa tem a sua moradia turbada ou esbulhada por outrem, é possível a sua manutenção ou reintegração liminar, quiçá até *inaudita altera parte*: por trás de ambas pretensões há direitos da mesma magnitude – direito fundamental à moradia – e é manifesta a urgência na retomada do lar pelo autor. No caso em tela, todavia, os autores não moram no local objeto da invasão. Não há, portanto, colidência direta entre direitos fundamentais de igual peso. [...] Ainda é de se considerar que a ordem determinou a retirada imediata de centenas de pessoas – dentre as quais idosos, crianças e portadores de deficiência. Nesses casos, a cautela sugere que os ocupantes sejam sempre ouvidos, ainda que em audiência de justificação a ser marcada com urgência possível. [...] Em suma: embora haja previsão legal de concessão da liminar sem a oitiva da parte contrária, a sua interpretação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana sugere que, nos casos em que não reste claro se há urgência na medida e em que o cumprimento da ordem desaloje centenas de pessoas, o magistrado evite retirar pessoas da sua moradia sem que elas tenham sequer a possibilidade de se manifestar a respeito da pretensão. (OLIVEIRA, 2015, p. 13)

No entanto, mesmo assim ocorreu a imediata desocupação do terreno, sem que dezenas de famílias pudessem se manifestar a respeito da pretensão. Elas foram desalojadas de suas casas às pressas, abordadas pela Polícia Militar às quatro horas da manhã, sem tempo para retirar tudo aquilo que lhes pertencia – e sem as condições de direito invocadas pela defensoria, conforme o processo judicial, caso fosse realizada a remoção.

Nem mesmo animais de estimação sobreviveram à destruição dos tratores. Ao voltarmos ao local para ver de perto o ocorrido, “Joana” lamenta, com voz estremecida e olhos marejados, enquanto nos mostra ruínas e bens de consumo que antes faziam parte do cotidiano daquelas pessoas:

O que até ontem eram casas, a gente vê desse jeito assim, ó... Olha o sofá da Lena, ficou, judiação. A casa do Luís... Meio complicado de voltar, né... Aqui foi onde mataram o gatinho dela. Ali, ó, tá vendo, não deu tempo de tirar muita coisa dela, ó... Ó, a cama dela tá aqui, a cama do filho dela tá aqui, roupa do Danilo, ó, chinelo dela (Entrevista com Joana).



Figura 3: Retorno ao local da ocupação destruída

Na Figura 4, podemos ver registros feitos pelos próprios ocupantes de como estavam sendo construídas as suas moradias. Lembrando que, em última instância, seria uma forma de negociar a obtenção de alternativa habitacional factível, o que não ocorreu.



Figura 4: Moradia dos ocupantes (Fotos dos ocupantes)

Essas fotos marcam um projeto de moradia transformado em ruínas. Remetem a motivações e direitos que deveriam proteger a dignidade humana, mas que foram atacados por um modo viciado da política do novo capitalismo: a indiferença. Quando lares são destruídos, quando uma comunidade é desterritorializada, não há mais uma realidade que, como pudemos observar, ao menos por alguns meses, conferia ao grupo de ocupantes a participação no “simbolismo do centro”. As fronteiras e fraturas na tópica sociocultural são gritantes, abismais, e portanto fazem do periférico um “espaço que está no entorno, na vizinhança, de outro espaço tido como central” (MARTINS, 2015: 22): a casa dos que tem casa, os bairros dos que moram em bairros, os condomínios cercados etc.

Considerações finais

Apresentamos neste artigo uma ocupação por moradia em São Paulo, vozes de uma *inaudita altera parte*, historicamente silenciada pela política da indiferença do novo capitalismo. Nas fronteiras com essa estratégica política da indiferença, lembramos de sensibilidades de fronteira, de táticas de enfrentamento e usos da cidade que costumam ser retomados por movimentos sociais e culturais. E consideramos que esses movimentos, dos mais aos menos organizados, talvez carreguem consigo as pedras do devir capitalista.

Nosso desafio metodológico consistiu em suspender, por um instante, a pretensão de abarcar a totalidade da sociedade, incluindo na exposição a problematização das interações culturais com o grupo estudado. Quisemos também recriar essa multiplicidade de interações, trazendo certa pluralidade de vozes e sensibilidades ao texto, o caráter dialógico da construção das interpretações. E assim consideramos, por último, que as sensibilidades de fronteira provocam um “centro de gravidade” que efetivamente tensiona o simbolismo do “centro” e da “periferia”, as contradições e os aspectos que se mantêm inexplicados sobre a condição de moradia em São Paulo.

Referências

BACCEGA, M. A. Construindo a cidadania nas interações comunicação, educação e consumo. *Conexiones: Revista Iberoamericana de Comunicación*, Logroño, v. 2, n. 2, p. 29-40, 2010.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CANCLINI, N. G. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1 – artes do fazer*. 16. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. Tradução Hélder Godinho. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ELIADE, M. *O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição*. Lisboa: Edições 70, 1988.

ESCOSTEGUY, A. C. Estudos culturais ingleses. In: CITELLI, A. et al. (Orgs.). *Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 248-256.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2013.

MARICATO, E. et al. Manifesto de urbanistas e professores em apoio à luta pela votação do plano diretor. *Portal Frente de Luta por Moradia*, São Paulo, 1 maio 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/6HMu11>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

MARTINS, R. Mídia comunitária e novas construções periféricas sociais no Brasil. *Novos Olhares*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2015.

OLIVEIRA, F. T. Condição de moradia: a inaudita altera parte. In: CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO, 5., 2015, São Paulo. *Anais...* São Paulo: PPGCOM ESPM, 2015, p. 1-15.

PRYSTHON, Â. F. Cosmopolitismo, identidade e tecnologia: embates culturais no contemporâneo. *Semiosfera*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2002.

ROCHA, R. M.; SILVA, J. C.; PEREIRA, S. L. Imaginários de uma outra diáspora: consumo, urbanidade e acontecimentos pós-periféricos. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23., 2014, Belém. *Anais...* Salvador: Compós, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/CevsEg>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

ROLNIK, R. Programa Minha Casa Minha Vida precisa ser avaliado – Nota Pública da Rede Cidade e Moradia. *Blog da Raquel Rolnik*, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/x3UoJS>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2012.

SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIMPSON, M. D.; MENEZES, F. O ataque às políticas sociais: serviços públicos para redução da pobreza e da desigualdade. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 6 jan. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/7JufTk>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.